

# poli**T**ICS

Uma publicação do Instituto Nupef • dezembro / 2010 • [www.politics.org.br](http://www.politics.org.br)



WikiLeaks  
e a liberdade na Web:  
ataques e resistências

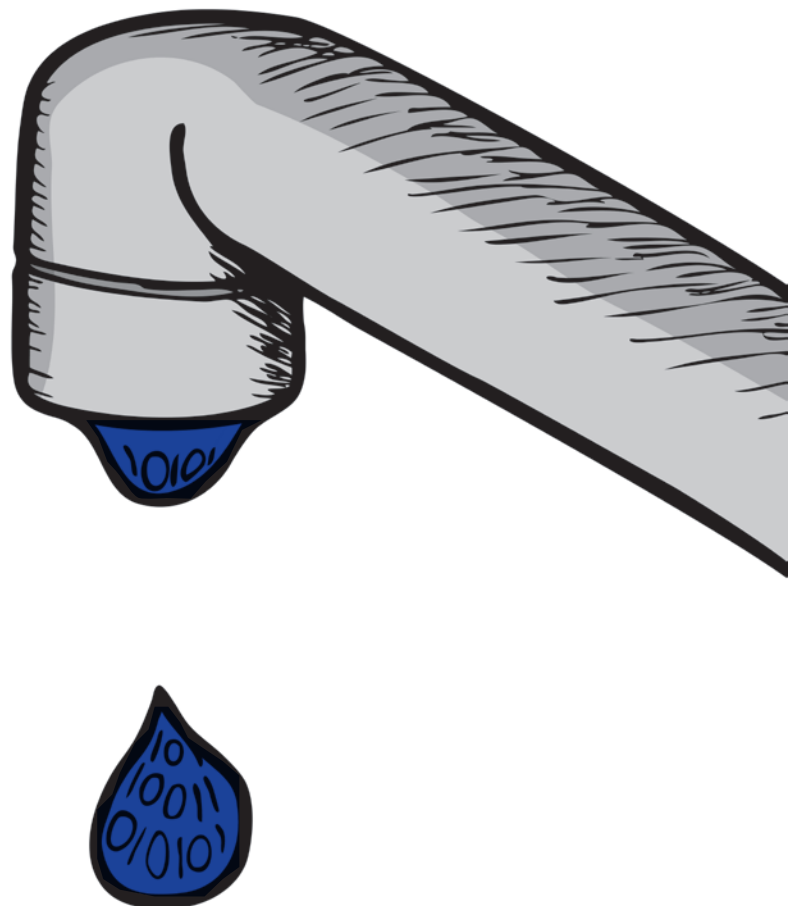
> **Graciela Selaimen** editora da poliTICs  
e coordenadora de comunicação do Nupef

# Algumas lições importantes que o caso WikiLeaks ensina

O caso WikiLeaks é, sem dúvida nenhuma, um divisor de águas na história recente da Internet (se é que a Internet tem alguma história que não seja recente). A repercussão da divulgação das informações sobre as trocas de mensagens da diplomacia norte-americana, seguida da escandalosa censura ao site do Wikileaks (motivada pelo governo norte-americano e realizada por governos e empresas), somada à perseguição ao criador do site, Julian Assange, e à impressionante resposta da comunidade Internet a favor da liberdade de expressão e em

defesa ao Wikileaks evidenciam que a Internet é um campo onde se travam batalhas de porte, muitas delas entre os poderes constituídos e uma multiplicidade de iniciativas que desafiam o status quo. A diferença, neste caso, é que uma das partes que se sentiu atacada – o governo norte-americano – perdeu definitivamente a vergonha de censurar, passando por cima da lei e usando outros braços fortes: empresas como a Amazon, o eBay, a Visa, a Mastercard, a everyDNS.

Antes do vazamento das mensagens dos diplomatas norte-americanos, o site do WikiLeaks



estava hospedado em dois provedores de serviços Internet na Suécia: o Bahnhof e o PRQ - provedores comerciais conhecidos por suas políticas razoavelmente progressistas em relação aos conteúdos hospedados em seus servidores. O WikiLeaks também utilizava os serviços de um provedor comercial francês, o Cursys. Assim que decidiu vaziar as informações sobre a diplomacia norte-americana, o WikiLeaks, preocupado com o volume de tráfego que o escândalo gerava em seu

website, contratou também os serviços da EC2 cloud - serviço de computação em nuvem da Amazon. A sequência dos eventos muita gente conhece: logo após o escândalo do vazamento das mensagens do governo dos Estados Unidos, os provedores de serviços Internet que hospedavam o wikileaks.org foram alvo de intensos ataques DDoS<sup>1</sup> e tiveram dificuldades para manter o site online. A Amazon rapidamente desconectou o wikileaks.org de seus servidores, argumentando que a natureza dos

---

1. Um ataque DDoS - sigla para *Distributed Denial of Service* - tem como objetivo fazer com que websites fiquem inacessíveis: através de um número imenso de requisições simultâneas (visitas) ao site, aqueles que promovem os ataques fazem com que os visitantes realmente interessados não consigam acessar o site atacado. As visitas massivas se parecem muito com o tráfego web usual, por isso são difíceis de ser identificadas para a defesa do site. Geralmente estes ataques têm como objetivo sites muito visados - tais como sites governamentais, de organizações políticas e de instituições financeiras.

## ■ o esforço para calar o WikiLeaks foi um tiro que saiu pela culatra. Em poucos dias, o conteúdo do WikiLeaks se espalhou pela Web, espelhado em mais de mil de sites

conteúdos do site infringia os termos do contrato com a empresa - muito embora a imprensa tenha noticiado que o real motivo para a decisão da Amazon tenha sido um telefonema do Senador Joseph Lieberman, que declarou ter “perguntado à Amazon sobre sua relação com o WikiLeaks e inquiriu se a empresa, junto com outros provedores de serviços Internet iria, no futuro, se assegurar que seus serviços não sejam utilizados para distribuir informação secreta roubada”. A pedido do mesmo senador, a Tableau Software, empresa que publica gráficos para visualizações de dados, tirou do ar suas imagens sobre os dados publicados pelo WikiLeaks.

Na madrugada da sexta-feira, dia 3 de dezembro, a everyDNS, (empresa provedora do serviço de

DNS<sup>2</sup> ao wikileaks.org) se recusou a fornecer um endereço de IP válido para as solicitações de visita ao site. A empresa, baseada na Califórnia, afirmou que tomou tal iniciativa para prevenir que seus outros 500 mil clientes fossem afetados pelos intensos ciberataques que tinham como alvo o WikiLeaks.

Em resposta, o WikiLeaks transferiu os serviços de hospedagem de seu domínio e de seus arquivos para outros dois blocos de números IP diferentes: um na França, no provedor OVH, e outro na Suécia, no provedor Bahnhof. A hospedagem de seu domínio foi diversificada em diferentes ccTLDs<sup>3</sup> - registrou-se o wikileaks sob o .ch, sob o .nl e outros, contando-se para isso com o apoio de diversos países e provedores DNS locais

2. O DNS (*Domain Name System*) é um dos elementos fundamentais da Internet, responsável por “traduzir” os números de endereços IP para palavras – nomes – mais fácil de serem lembrados. Assim, quando o DNS falha, um site não é encontrado quando digitamos sua URL [por exemplo, <http://www.politics.org.br>] na barra de navegação do browser – ele só é “encontrável” se soubermos o número IP ao qual aquela URL se remete. 3. ccTLD é o Country Code Top Level Domain – ou nome de domínio de primeiro nível de código de país – como o .br, o .ar, o .uk, etc.

na luta para manter o site ativo. O domínio `wikileaks.org.ch`, por exemplo, foi registrado pelo Partido Pirata Suíço.

Além dos já citados provedores de serviços Internet norte-americanos, outras empresas se somaram à empreitada de estrangular o WikiLeaks: nos dias que se seguiram à decisão da Amazon, a PayPal - serviço de pagamentos pela Internet, empresa que pertence ao grupo eBay - suspendeu a transferência de valores doados ao WikiLeaks. Nos dias 6 e 7 de dezembro as redes Mastercard e Visa também cancelaram as doações ao WikiLeaks.

Todavia, o esforço para calar o WikiLeaks foi um tiro que saiu pela culatra. Em poucos dias, o conteúdo do WikiLeaks se espalhou pela Web, espelhado<sup>4</sup> em mais de mil de sites publicados por simpatizantes do WikiLeaks e defensores da liberdade de expressão na Internet - tornando assim o WikiLeaks imune a uma única autoridade legal. Para tirar estes sites espelho do ar, seria necessário um concertamento de autoridades de centenas de países, muitos deles nos quais o ordenamento jurídico exigiria o devido processo judicial para o bloqueio de acesso a um site. Mesmo que houvesse tal esforço, é provável que a multiplicação do espelhamento do site do WikiLeaks se intensificasse ainda mais em resposta. O fato é que as ações do senador Lieberman, da Amazon, da everyDNS e de outras

empresas envolvidas no boicote tiveram como resultado o aumento da capacidade do WikiLeaks em permanecer ativo na Web.

Este episódio nos presenteia com algumas lições importantes.

Uma delas é a evidência de que a estrutura de governança do ccTLD em cada país (o `.br` para o Brasil, o `.ar` para a Argentina ou o `.ch`, no caso da Suíça) tem um inegável caráter político e que a decisão sobre o que pode ou não ser publicado na Internet ainda é uma decisão tomada no âmbito de um país, uma vez que não há acordos globais que se sobreponham às diferentes jurisdições nacionais, no que diz respeito à publicação de conteúdos na Internet. Como já dizia há alguns anos o Carlos Afonso, o ccTLD é um bem público, e deve ser defendido como tal - o que inclui uma estrutura de governança transparente, participativa e focada no interesse público. Ter um site registrado sob um domínio `.com` ou `.net` significa não estar vinculado a nenhum ccTLD - significa, sim, ter seu site vinculado às regras das empresas norte-americanas que administram estes domínios, e que, por sua vez, estão subordinadas às decisões - muitas delas arbitrárias - de autoridades norte-americanas. Um site nestas condições pode sumir da Internet a qualquer momento, bastando para isso que algum senador ou agência norte-americana decida que há palavras-chave no conteúdo do site que o tornam

---

4. O espelhamento de um sítio web é a cópia fiel de seu conteúdo, porém sediada em outro servidor e muitas vezes publicada sob um outro domínio.

suspeito, ou que possam significar risco à segurança e aos interesses daquele país.

Todavia, mesmo nos países onde há uma estrutura de gestão da Internet democrática e com participação da sociedade, existem assimetrias em relação ao exercício de direitos na Internet. Grandes provedores de conteúdo podem mudar de jurisdição a qualquer momento – retirando-se de um país onde as leis impliquem limitações ou problemas ao seu negócio, como fez o Google na China. O usuário/a, por sua vez, não pode fazer isso. A Internet é mundial, mas para chegar a ela cada um de nós precisa passar por estruturas físicas locais e por portas de entrada à Internet – como os provedores de acesso e serviços – que respondem a leis locais. Com a intensificação dos discursos que defendem o controle e o vigilantismo na Internet – muitos deles justificados pela luta contra o crime e a proteção de crianças e jovens, mas a grande maioria interessada no bloqueio a trocas de arquivos e downloads de conteúdos, (que ofendem os interesses das grandes corporações de mídia e da indústria da música) –, cresce o número de países que têm aprovado leis que possibilitam a filtragem dos conteúdos que passam pelos provedores de acesso e de serviços Internet. Esta é uma tendência à qual devemos estar atentos, e é importante refletir com mais profundidade sobre o papel dos intermediários

na Internet<sup>5</sup> e sobre os possíveis impactos de nossas escolhas ao eleger intermediários para a entrada de nossos serviços e conteúdos na Internet.

### :: EMPRESAS E NUVENS CINZA CHUMBO

Outra lição importante que o caso WikiLeaks traz é a evidência sobre a verdadeira natureza da Internet de hoje. Como aponta o pesquisador Ethan Zuckerman, do Berkman Center for Internet and Society da Universidade de Harvard,

*A verdade é que a Web é, em sua maior parte, de propriedade privada. Então o que acontece aqui é que nós temos normativas que entendem que deve-se tratar a Internet como um espaço público - no qual você deve ter o direito de se expressar livremente e ninguém deve restringir seus direitos - mas em seguida você descobre que, basicamente, você está organizando uma passeata política num shopping center. Este é um espaço de discurso comercial, controlado por regras comerciais. Minha sensação é que as empresas tentam, com muito empenho, não deixar tão evidentes seus imperativos comerciais, nem dizer claramente: "nós vamos, silenciar vozes", porque isso deixa as pessoas realmente desconfortáveis<sup>6</sup>.*

O caso Wikileaks ilustra bem este fato. Ao comentar sobre o comportamento da Amazon neste episódio, a pesquisadora Rebecca MacKinnon alertou sobre o quanto a atitude da empresa impacta a democracia. Em artigo recente, Rebecca diz: "Uma parte substancial, se não fundamental,

5. São intermediários na Internet as organizações ou empresas que provêem acesso, hospedam, transmitem e indexam conteúdos gerados por terceiros ou provêem serviços baseados na Internet a terceiros. 6. Em The News Frontier - [http://www.cjr.org/the\\_news\\_frontier/](http://www.cjr.org/the_news_frontier/)



de nosso discurso político migrou para o universo digital. Este universo é em sua maior parte feito de espaços virtuais que são criados, possuídos e operados pelo setor privado.(...) Embora a Amazon tenha agido dentro de seus direitos legais, a companhia, a despeito de qualquer coisa, mandou um recado claro para seus usuários: se você se envolver em discursos controversos que desagradem algum membro do governo norte-americano... a Amazon vai descartar você ao primeiro sinal de problema.”

Vale sempre lembrar, então, que não são apenas os governos que impõem medidas de controle e censura sobre os usuários de Internet. Em inúmeros países onde as leis são razoavelmente orientadas a proteger a defesa do cidadão/ consumidor/usuário de Internet, são as empresas

que fazem a filtragem, a censura, os bloqueios sutis e a gestão tendenciosa do tráfego Internet de seus usuários, muitas vezes sob as barbas dos governos.

#### **:: DIGA-ME COM QUEM - E ONDE - ANDAS...**

Os motivos para descartar um usuário ou usuária podem ser muitos. Todavia, em muitas das vezes em que este tipo de atitude é tomada, há uma justificativa tecnológica para a decisão da empresa. Aqui no Brasil já houve casos de grandes provedores de serviços Internet recusarem-se a continuar hospedando o site de uma entidade do movimento negro por conta dos frequentes ataques que o site sofria por parte de grupos racistas e xenófobos. Na argumentação do provedor, esta era uma questão técnica e não havia capacidade instalada na empresa para lidar com a necessidade de um monitoramento



■ de agosto de 2009 a setembro de 2010, pelo menos 280 sites de organizações que defendem direitos humanos e espaços de mídia progressistas que apoiam campanhas de direitos humanos foram alvo de ataques DDoS

constante para a defesa do site. Todavia, o mesmo site já havia sido hospedado antes em um provedor de serviços Internet não-comercial - e ali o compromisso com a defesa do site era permanente, a despeito do alto custo que a operação envolvia. No provedor comercial, a relação entre o custo da defesa aos ataques e o valor pago pela organização tornava aquele cliente desinteressante - e fácil de ser descartado.

Esta constatação é especialmente importante para indivíduos, organizações e empresas que têm sob sua responsabilidade conteúdos "sensíveis": aqueles que tornam-se mais facilmente alvo de censura, controle e, eventualmente, ataques. Uma pesquisa<sup>7</sup> realizada pelo Berkman Center for Internet and Society da Universidade de Harvard mostra que, de agosto de 2009 a setembro de 2010, pelo menos 280 sites de organizações que defendem direitos humanos e espaços de mídia progressistas que apoiam campanhas de direitos humanos foram alvo de ataques DDoS. Os pesquisadores crêem que os ataques contra entidades e ativistas sociais devem aumentar nos próximos anos, e orientam as organizações de direitos humanos e a mídia independente a aumentarem sua capacidade de defesa contra este tipo de ação que tenta silenciar ativistas e vozes dissidentes.

Segundo o relatório da pesquisa, os ataques DDoS são apenas a parte mais visível de ofensivas muito mais amplas - que incluem filtragem de conteúdos, invasões a sistemas para roubo de senhas, entre outras ações. O pesquisador Ethan Zuckerman afirmou recentemente, em entrevista à BBC<sup>8</sup>, que "se você é uma organização de direitos humanos ou um veículo de mídia independente, você provavelmente deve ter uma conta num provedor de serviços Internet pela qual paga £20 por mês, e é muito difícil, neste padrão de serviço

7. Em [http://cyber.law.harvard.edu/sites/cyber.law.harvard.edu/files/2010\\_DDoS\\_Attacks\\_Human\\_Rights\\_and\\_Media.pdf](http://cyber.law.harvard.edu/sites/cyber.law.harvard.edu/files/2010_DDoS_Attacks_Human_Rights_and_Media.pdf) 8. Em <http://www.bbc.co.uk/news/technology-12054774>



de hospedagem, que você consiga se defender de ataques DDoS”. Conforme Zuckerman, os ataques não precisam ser prolongados: “Basta que eles durem o suficiente para incomodar seu provedor de serviços Internet - até que ele mande sua organização embora você tenha que encontrar outro lugar para hospedar seus serviços”.

Sejamos realistas: poucos provedores de serviços Internet fariam frente ao governo de seu país (este não é um pecado exclusivo da Amazon) ou se dariam ao trabalho de manter pessoas monitorando sites que são prioritariamente alvos de ataques DDoS sem serem muito bem pagos por isso.

O caso WikiLeaks serve, também, para nos tirar da zona de conforto e romper definitivamente com antigas utopias sobre a Internet. Nas palavras de Parminder Jeet Singh, coordenador da organização indiana ItforChange, sobre o caso WikiLeaks,

“...é hora de percebermos que a Internet é, de fato, um universo que tem sido governado através do exercício ilegítimo do poder de governos e empresas. Há dois problemas claros com a abordagem de usar táticas de governança de bastidores. O primeiro é o fato de haver sempre uma grande possibilidade de que estas táticas sejam de algum modo abusivas - e no nosso ponto de vista, no caso do WikiLeaks o abuso foi enorme. O segundo é que, em eventuais situações em que seja legitimamente necessário fazer uso de algum sistema de resposta global a possíveis problemas e ameaças (ou mesmo a oportunidades), (...) este

poder de bastidores exercitado por potências políticas e comerciais - como fazem alguns governos e seus comparsas corporativos nesta situação do WikiLeaks -, não está disponível para atores políticos ou países menos poderosos. Esta situação evidencia um déficit democrático e uma necessidade por princípios democráticos globais e arcabouços institucionais na área da governança da Internet”.

É fato que no nível global precisamos urgentemente de princípios democráticos globais e arcabouços institucionais na área da governança da Internet - e no nível local precisamos, além de marcos regulatórios que priorizem os direitos humanos fundamentais, também de espaços de confiança - projetos e serviços intermediários, de provimento de acesso e de serviços Internet - focados na promoção da cidadania, da democracia, na defesa dos direitos humanos e no fortalecimento de uma Internet verdadeiramente livre. O Alternex foi pioneiro nesta abordagem do provimento de serviços Internet no Brasil - um trabalho árduo, nem sempre reconhecido, mas resiliente, que hoje continua ativo através do projeto tiwa, exclusivamente por uma questão de princípios e de certeza sobre a necessidade cada vez mais premente de espaços de confiança e de defesa de direitos na Internet.

Se o WikiLeaks estivesse hospedado no tiwa, a sequência de fatos após o vazamento de informações “secretas” teria sido bem diferente. ●

> **Milton Mueller** professor da Syracuse University School of Information Studies e coordenador do Internet Governance Project

# Por que o WikiLeaks polariza a política de Internet norte-americana

Aqui no IGP<sup>1</sup> nós nos orgulhamos de ter uma visão bastante acurada em assuntos relativos à governança da Internet, mas temos que admitir que a emergência do caso WikiLeaks como uma questão de governança global nos pegou de surpresa. A Internet se mostrou uma fonte de ruptura política de uma maneira que não havíamos previsto.

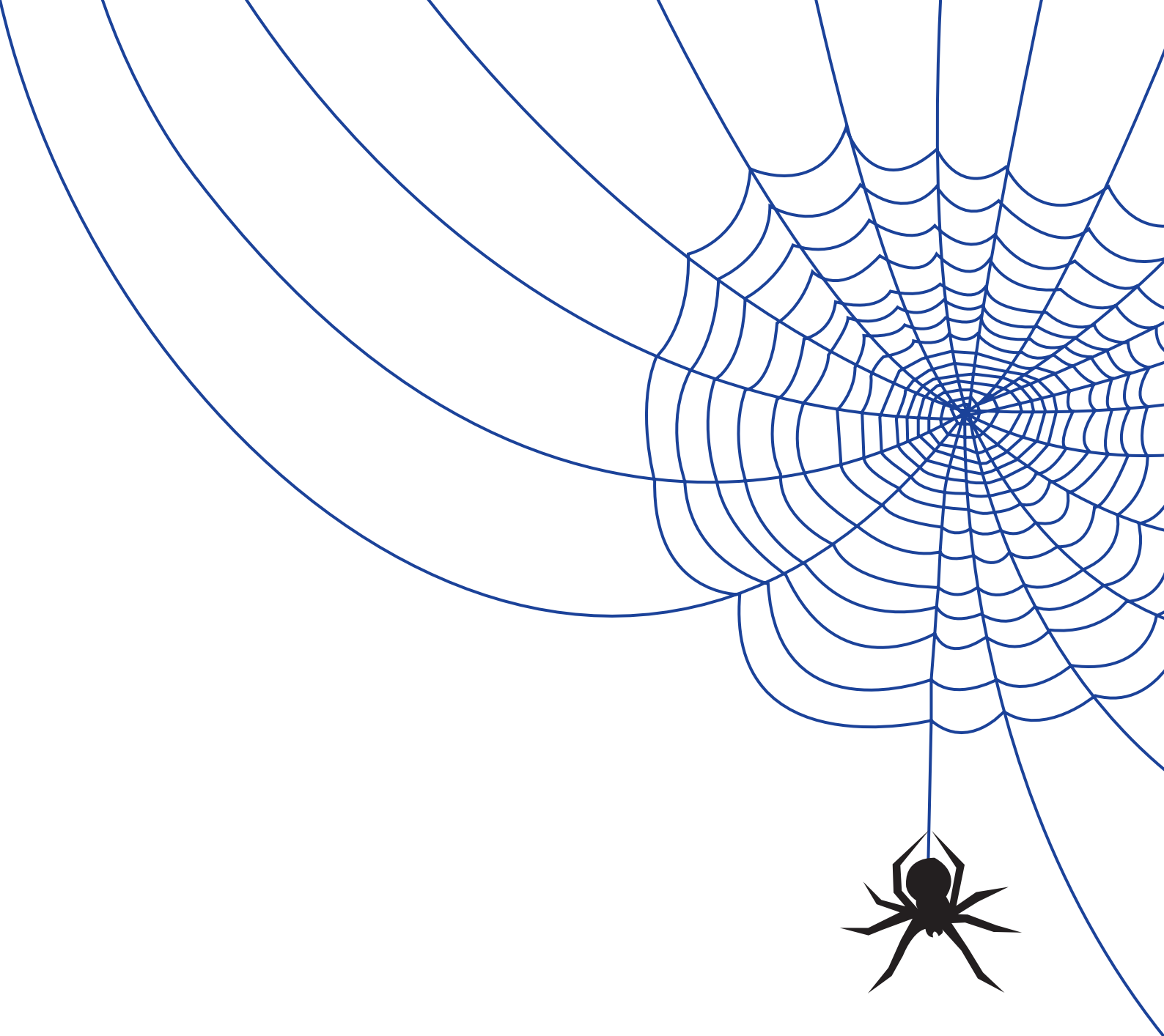
Vazamentos de informações diplomáticas já aconteceram muitas vezes. Geralmente os autores

dos vazamentos são diplomatas ou outros atores do meio político-militar-diplomático que usam este fato como forma de influência política. O que torna este caso diferente são os seguintes elementos:

- a. a escala maciça da informação divulgada, algo que só poderia acontecer de forma digitalizada e em rede;
- b. os princípios que sublinham as revelações, que são baseados não tanto em um debate

---

1. Internet Governance Project, projeto coordenado por Milton Mueller na Syracuse University, nos Estados Unidos. <http://blog.internetgovernance.org>



político específico, mas sim numa ideologia generalizada de acesso à informação, adotada pelos movimentos de A2K<sup>2</sup>/código aberto e mais recentemente pelo Partido Pirata;

c. como o governo norte-americano e seus “parceiros” internacionais sistematicamente pressionaram as empresas privadas de Internet baseadas nos Estados Unidos para fechar o acesso ao Wikileaks, e também geraram ataques

DDoS ilegais, em resposta. O jornal The Guardian publicou uma lista sequencial<sup>3</sup> de atores estatais e empresas do setor privado que, sob pressão, abandonaram o WikiLeaks, muitas vezes fazendo argumentações falsas sobre violações a termos de serviço. (Conforme Eddan Katz, da EFF<sup>4</sup>, escreveu: “Liberdade de expressão: não tem preço; para tudo o mais, existe o Mastercard”.)

---

2. Sigla para Access to Knowledge – em português, acesso ao conhecimento. 3. Ver em <http://www.guardian.co.uk/media/2010/dec/07/wikileaks-under-attack-definitive-timeline> 4. Sigla para Electronic Frontier Foundation

d. na era pre-Internet, pelos menos nos EUA, durante um vazamento “normal” havia uma clara separação entre aquele que vazava a informação e aquele que a publicava. Os governos deviam manter seus segredos, mas se falhassem em fazê-lo e um jornalista pusesse as mãos em informações que pudessem interessar ao público, a Primeira Emenda e o respeito à prestação de contas devida pelo governo significavam que o jornalista estaria isento de perseguições, quase que a despeito do modo como a informação fora obtida. Era o informante que estava no alvo. Qualquer tentativa de suprimir ou censurar a informação divulgada devia seguir procedimentos legais. Estas distinções parecem ter sido jogadas pela janela, neste caso: Assange não é o informante, ele é aquele que publicou a informação - mas está sendo tratado por seus críticos como se tivesse roubado os documentos. E ele não apenas está sendo censurado, como também a pressão para censurá-lo vem por meios não-judiciais, extra-judiciais e ilegais.

Para chegarmos à raiz das implicações do episódio WikiLeaks para a governança da Internet, entretanto, é preciso examinar as explosões que vêm do American Enterprise Institute<sup>5</sup>, que em

condições regulares é um respeitável distribuidor de estudos conservadores e aborrecidamente previsíveis sobre políticas. Assange, diz o AEI, é um “terrorista.” O Wikileaks está “em guerra” com os Estados Unidos. O mundo inteiro tem que polarizar em torno desta questão: ou vocês estão “do nosso lado, ou estão do lado do Wikileaks<sup>6</sup>.” Assange deveria ser condenado à morte ou assassinado. As forças armadas norte-americanas deveriam empreender uma ciberguerra em larga escala<sup>7</sup> contra o Wikileaks e qualquer sítio Web que os apóie. Estes não são apenas um ou dois editoriais enfurecidos. Este discurso tem se estendido por dias. Notem também que esta histeria está em sua maior parte confinada aos Estados Unidos. Como escreveu um de nossos parceiros europeus, “a maioria das pessoas vê este caso como algo que vai um pouco além de fofoca, e, sim, há algumas “revelações” sobre as quais já sabíamos, na verdade. Sem querer trivializar, mas os estados [aqui] não respondem a este episódio como se fosse algum tipo de ameaça existencial”.

Então, umas poucas mensagens mal-educadas e revelações embaraçosas dão vazão a demandas por morte, assassinato, censura e ciberguerra. O que gera tamanha reação exagerada? Nós sabemos que não é nenhuma revelação em particular nas mensagens, nem nenhum prejuízo

5. Ver em <http://www.aei.org/> “either with us, or you are with Wikileaks.” 6. <http://www.aei.org/article/102869> 7. Em <http://www.aei.org/article/102863>

específico à segurança. Isso é um choque de princípios, uma ruptura nas regras do jogo que os profissionais de política externa dos EUA consideram atordoante e ameaçador. E é uma ruptura que só foi possível pela escala e pelo escopo internacional das comunicações feitas pela Internet. Não satisfeita em caracterizar computadores e redes como armas, a American Right agora está cada vez mais perto de se tornar inimiga da Internet em si. A despeito de

todo o barulho que fazem sobre se oporem ao “grande governo” eles se revelam agora completa e evidentemente do lado Hamiltoniano do grande debate americano Jefferson-Hamilton. A nova polaridade está aqui: Internet livre versus poder estatal.

A AEI e os neoconservadores acusam Assange e o Wikileaks de serem anarquistas perigosos, mas este é um caso de projeção freudiana. São eles os anarquistas. A razão pela qual eles estão de tal forma aborrecidos é que eles acreditam

■ Então, umas poucas mensagens mal-educadas e revelações embaraçosas dão vazão a demandas por morte, assassinato, cesura e ciberguerra. O que gera tamanha reação exagerada?

profundamente no tipo de poder executivo sem limites<sup>8</sup> que está associado à emergência de um estado nacional de segurança globalmente estendido. Impérios, esferas globais de influência e assuntos internacionais operam num ambiente de anarquia política. Dirigir um império requer um exército de diplomatas e espiões que devem manipular estrategicamente o acesso à informação, fazer acordos oportunistas com desagradáveis governantes estrangeiros, apoiar alguns títeres preferidos e prejudicar outros, tudo isso com a ameaça da força militar pairando sobre todo o processo. A tensão entre a república e o império tem sido um fato desde o tempo dos Romanos. Muita gente na política externa e nas instituições militares norte-americanas acredita que a supervisão pública é uma inconveniência em tais operações; de fato, os imperialistas mais canônicos abertamente argumentam que é impossível conciliar tais coisas. Os linha-dura da política externa querem poder irrestrito para vigiar o público e total preservação de qualquer vigilância recíproca sobre suas atividades.

O episódio recente do Wikileaks jogou uma granada de mão neste *modus operandi*; puxou o manto que cobria este mundo amoral e sem regras das relações internacionais. À parte dos vários perfis pessoais desqualificantes que há ali, nós podemos ver que todo o tipo de

informação que está classificada como “secreta” na verdade não precisa ser classificada assim<sup>9</sup>. Assange revelou esta profunda contradição entre, de um lado, os valores liberal-democráticos relativos ao governo transparente e responsável, e de outro, a existência de um império norte-americano. Revelar esta contradição mina seriamente a prática dos negócios da maneira como costuma ser na política externa dos EUA. É isso que é tão imperdoável. Merece atenção o fato que tanto os liberais internacionalistas como Hilary Clinton e os gaviões neoconservadores da AEI estejam de acordo.

Qualquer que seja a opinião de uma pessoa sobre a sabedoria, responsabilidade e justificativa ética das revelações do Wikileaks, elas mostraram que há no mundo uma nova força de oposição que os militaristas e diplomatas ainda não sabem como controlar. Isso é, de maneira geral, uma coisa boa. É fato que o poder de revelação que o WikiLeaks evocou pode ser fonte de abusos. Pode causar danos verdadeiros. Mas, em termos relativos, é muito mais benigno do que o poder contra o qual está sendo usado neste caso - e sua legitimidade reside mais na opinião pública do que em qualquer outro lugar. A histeria gerada pelos gaviões da política externa polariza o mundo em torno da Internet e de suas possibilidades e mostra que, muito frequentemente, aqueles que alegam ser defensores da liberdade na verdade são seus piores inimigos.<sup>9</sup> ●

8. Ver [http://blog.washingtonpost.com/cheney/sidebars/cheney\\_on\\_presidential\\_power/index.html](http://blog.washingtonpost.com/cheney/sidebars/cheney_on_presidential_power/index.html) 9. Ver [http://www.syracuse.com/news/index.ssf/2010/12/wikileaks\\_and\\_secrets\\_freedom.html](http://www.syracuse.com/news/index.ssf/2010/12/wikileaks_and_secrets_freedom.html) 9. Tradução: Graciela Selaimen

> **Rogério Christofolletti** Professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e um dos coordenadores do Observatório da Ética Jornalística - objETHOS<sup>1</sup>.



## Ética jornalística, novas mídias e eleições no Brasil

O jornalismo é uma atividade permeada de situações-limite, de momentos de tensão e pressão permanentes. Tanto em coberturas de risco real quanto em circunstâncias cotidianas, os profissionais das redações são provocados a atuar em condições adversas: o tempo sempre é curto para apurar as informações, alguém se nega a fornecer dados, as versões são contraditórias, não convincentes ou de difícil acesso.

Frequentemente, o acontecimento pode ser complexo o que pode demandar uma tradução clara e precisa; e somem-se a esse cenário a concorrência entre os jornalistas, a exigência e a ansiedade do público por informações com agilidade e credibilidade.

Não é fácil ser jornalista e fazer bom jornalismo nos tempos atuais. Na verdade, nunca foi, mas há períodos em que este exercício se torna ao mesmo tempo mais complicado e necessário.

1. Ver <http://objethos.wordpress.com>



É assim em anos de eleição. À exceção de coberturas de guerra e de catástrofes, esses são tempos em que os profissionais da informação são mais exigidos e colocados à prova. Não só seus empregos e reputações estão em jogo como o próprio papel do jornalismo nas sociedades contemporâneas é questionado e avaliado. Afinal, o eleitor tende a depositar bastante confiança nos meios de comunicação para fortalecer seus pontos de vista e tomar decisões.

Historicamente, o jornalismo foi se desenvolvendo à luz da tecnologia, do capitalismo e da democracia. Os avanços técnicos permitiram que a busca da informação ganhasse velocidade, ampliasse o seu alcance e se fortalecesse. Equipamentos e sistemas possibilitaram que os sentidos humanos se alargassem. A expansão capitalista ajudou a moldar um modelo de negócio próprio para o jornalismo, transformando a notícia numa mercadoria e os veículos em difusores de produtos voltados a diversos públicos. O advento da democracia levou o jornalismo a buscar justificativas sociais para sua inserção junto aos públicos. Era necessário um papel social para esta atividade em definição. Um dos caminhos adotados foi considerar o jornalismo uma prática não apenas de registro dos acontecimentos, mas também de fiscalização dos poderes constituídos. O jornalismo passa a reivindicar para si a função de Quarto Poder, investigando o que alguns setores insistem em deixar oculto, denunciando

abusos e prejuízos ao bem comum, e orientando-se pelo que convencionou chamar de interesse público. O cidadão passa a delegar aos veículos de informação a tarefa de atualizar diariamente os conhecimentos comuns da realidade. O jornalismo ganha, assim, novas utilidades e importâncias para a vida social.

Estas dimensões moldaram o jornalismo como o conhecemos hoje: é uma atividade técnica, sustentável comercialmente e com uma finalidade pública. Daí porque o público espere tanto dos jornalistas em tempos de eleição.

**■ com o surgimento da galáxia da internet, os processos de comunicabilidade e sociabilidade vem sofrendo profundas transformações. O mundo tornou-se menor, as fronteiras diluíram-se, o tempo ficou mais curto**

## :: TOMADAS DE DECISÃO

O eleitor paralisa em frente à urna eletrônica. Pensa um instante, aperta as teclas correspondentes e segue sua vida. Decidir pela melhor proposta, por uma visão de futuro mais nítida não é tarefa fácil, e os meios de comunicação influenciam nesses processos. As informações que os veículos fornecem subsidiam a tomada de decisão. É claro que o eleitor não se baseia só nesses dados para fazer sua escolha, mas também não decide sem um mínimo de informação. Como grande parte de nosso sentido de realidade nos vem pela mídia, é natural que haja uma influência considerável dessas vias para o processo eletivo.

É natural também que o cotidiano jornalístico fique bastante tumultuado durante as disputas eleitorais. É um clichê comparar campanhas com batalhas, e já se disse também que, numa guerra, a primeira vítima é a verdade. Durante as coberturas de eleições, chegam às redações dossiês contra candidatos, boatos comprometedores, versões contraditórias, informação estratégica e contrainformação desorientadora. Assim como o eleitor, o jornalista também se vê a todo momento instado a decidir, a optar por caminhos, a escolher como proceder: “Devo ir atrás daquele boato sobre o candidato?”; “Se a disputa eleitoral é desigual, como tratar com equilíbrio os concorrentes?”; “Que importância pode-se dar a denúncias feitas

por rivais de campanha?”; “Podemos confiar em pesquisas de intenção de votos encomendadas por partidos?”; “É possível evitar que a mídia intensifique as baixarias de uma campanha suja?”...

Os questionamentos são muitos, e os desafios são incontornáveis para a imprensa. Ainda mais num cenário como o atual, onde o jornalismo já não desfruta do privilégio de ser fonte exclusiva de informações.

Desde meados da década de 1990, com o surgimento da galáxia da internet<sup>2</sup>, os processos de comunicabilidade e sociabilidade vem sofrendo profundas transformações. O mundo tornou-se menor, as fronteiras diluíram-se, o tempo ficou mais curto, a ânsia por informações atuais e confiáveis aumentou, e os atores da equação comunicativa passaram a ter outros pesos. A internet tem permitido uma quase universalização de informações, a descentralização dos bancos de dados, a facilitação do acesso a saberes antes restritos. Mas tem possibilitado também superexposição, cacofonia informativa, disseminação desenfreada de inverdades, atentados à privacidade e à honra de pessoas e à reputação de organizações, violações de direitos, cibercrimes, entre outros riscos. Com as redes telemáticas, velhas formas associativistas foram retomadas, grupos antes dispersos puderam se estruturar e ganhar novos contornos, minorias amplificaram sua voz.

<sup>2</sup>. Em setembro de 2010, a Internet World Stats estimava uma população de 1,96 bilhão de usuários online no planeta. <<http://www.internetworldstats.com>>

Veio à tona a democratização de conteúdos, o ciberativismo e novas discussões em torno da propriedade intelectual, dos regimes de autoria e das próprias identidades no mundo virtual. As transformações contagiam a educação, a comunicação, a política, a cultura e a economia. Definem novos limites; debatem regras de convívio e litígio.

O capítulo mais recente e ruidoso dessa sequência de mudanças teve início nesta década e envolve as redes sociais na internet. Blogs, sites de relacionamento, microblogs e portais de compartilhamento de conteúdos ameaçam o protagonismo dos jornalistas no negócio de produzir e transmitir informações. Em episódios trágicos, como o Furacão Katrina nos Estados Unidos em 2005 ou nas enchentes em Santa Catarina em 2008, Orkut, Facebook, blogs e Twitter permitiram a ligação mais rápida e efetiva entre as vítimas, equipes de socorro, órgãos de governo e públicos ávidos por informação. Os meios de comunicação convencional, quando não atuaram como coadjuvantes, aderiram às mídias sociais para ganhar agilidade e ampliar seu alcance.

Cada vez mais poderosas<sup>3</sup>, essas redes sociais são hipertrofiadas por três influentes conceitos: mobilidade, convergência e multimídia. A chegada aos mercados consumidores de dispositivos de telefonia móvel cada vez mais baratos, com recursos diversos e com a possibilidade de auxiliarem na produção de

conteúdo digital compartilhável causa tremores nas redações dos meios de comunicação tradicional. Afinal, o adolescente anônimo pode captar imagens com seu celular e dividi-lo com outros desconhecidos gratuitamente. Pode, inclusive, fazê-lo mais rapidamente que o jornal de sua comunidade, muitas vezes mimetizando as mesmas regras da gramática jornalística e atendendo ao mesmo interesse público no qual o jornalismo se apoiou décadas atrás<sup>4</sup>.

O “furo” jornalístico ganha novas nuances. Ganha importância num terreno onde a velocidade é um ativo essencial para os meios informativos. Perde a importância num cenário onde a informação é tão massivamente disponibilizada que ninguém consome tudo, e a dispersão corrói parte da exclusividade.

## :: CONDUTA E ATITUDE

Mas os casos mais trágicos não são os únicos onde as redes sociais exibem sua força. Na política, a internet tem se mostrado uma influente arena. Não só na expressão e manifestação de posicionamentos ou no combate do pensamento contrário, mas também no campo da informação e contrainformação. São ainda dignos de citação a apropriação e uso desses recursos durante a campanha de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos em 2008. Não apenas para disseminar mensagens de apoio, conquistar novos votos e atrair recursos para a

---

3. Uma medida disso é o Facebook que, em julho de 2010, chegou à marca de meio bilhão de usuários no planeta. Outro exemplo é o Twitter que registrou crescimento de 1400% entre 2008 e 2009. 4. Alimento uma hipótese de que uma ética hacker estaria contagiando o jornalismo convencional paulatinamente de forma a promover algumas mudanças de referenciais éticos. Para mais detalhes, ver Christofolletti (2008)

■ Na política, a internet tem se mostrado uma influente arena. Não só na expressão e manifestação de posicionamentos ou no combate do pensamento contrário, mas também no campo da informação e contrainformação



campanha. Mas também numa estratégia muito bem sucedida de ocupação de um terreno ainda não demarcado, mas muito receptivo<sup>5</sup>.

No Brasil, muitas expectativas foram alimentadas em torno da internet para o pleito de 2010, mas o que se percebeu foi frustrante para muitos analistas.

Os partidos não conseguiram encontrar o caminho das pedras para arrecadar fundos por meio de seus sites, e de uma forma geral as coligações usaram apenas parte do potencial aglutinador das redes sociais. A primeira deficiência se deve tanto ao débil sistema de financiamento das campanhas – muito focado nas doações de grande monta e de pessoas jurídicas – quanto à inexistência de um modelo que tenha se mostrado atraente para os pequenos doadores. Assim, ao menos desta vez, a internet não foi uma porta de entrada de dinheiro para as campanhas.

Na disputa pela presidência da república, as coligações mais fortes montaram estratégias específicas para as redes sociais, contratando gestores exclusivos para esse fim. Junto a eles, “exércitos virtuais” se ocuparam mais de espalhar mentiras e rumores contra os adversários, ajudando a aumentar a temperatura na campanha<sup>6</sup>. Eleitores e jornalistas se viram cercados de fofocas, calúnias e histórias desencontradas. No Twitter, contas falsas – os chamados *fakes* – promoviam debates acalorados e intensificavam esforços para colocar seus candidatos no topo dos assuntos mais falados, os *Trending Topics*. Isto é, contrainformação, formação de opinião, ocupação de espaço virtual e estratégias de marketing de guerrilha. Em paralelo, milhões de eleitores testemunharam avalanches de emails difamatórios, denúncias ocas e piadas em suas caixas postais eletrônicas. Nos campos de comentários de blogs

5. Gomes et al (2009) detalham este processo inovador e paradigmático. 6. Para mais detalhes, ver ARANHA, Ana e FERREIRA, Victor (2010).

e sites, a gritaria acontecia conforme o humor e o bom senso dos moderadores. E em diversos momentos da campanha, os meios tradicionais de informação se viram enredados em discussões infrutíferas (catalisadas tanto pelos candidatos quanto por frouxidão das redações) e em escândalos de cores variadas (alguns procedentes e preocupantes, outros nem tanto)<sup>7</sup>. Isto é, na maior parte do tempo, o jornalismo ficou atordoado com a enxurrada de informações, muitas das quais não foram suficientemente checadas, e se deixou pautar por interesses não necessariamente públicos ou coletivos. A campanha ficou mais suja. O Twitter ajudou a destilar ódio, xenofobia e intolerância. Os sites de relacionamento ajudaram a cristalizar grupos antagônicos, intensificados ainda mais pela própria natureza de um segundo turno polarizador.

É claro que não se trata de satanizar as redes sociais ou suas apropriações pelos partidos. A montagem de arsenais e o uso das munições numa disputa que muito se assemelha a uma guerra é legítimo e esperado. Questiona-se a forma como os meios de comunicação e o jornalismo se orientam em períodos estratégicos como este; de que maneira se valem das redes sociais para apurar informações, ampliar episódios, incentivar a participação e colaboração dos públicos. Em outras palavras, é preocupante a forma como a mídia tradicional ainda pode sofrer reveses em coberturas de longo

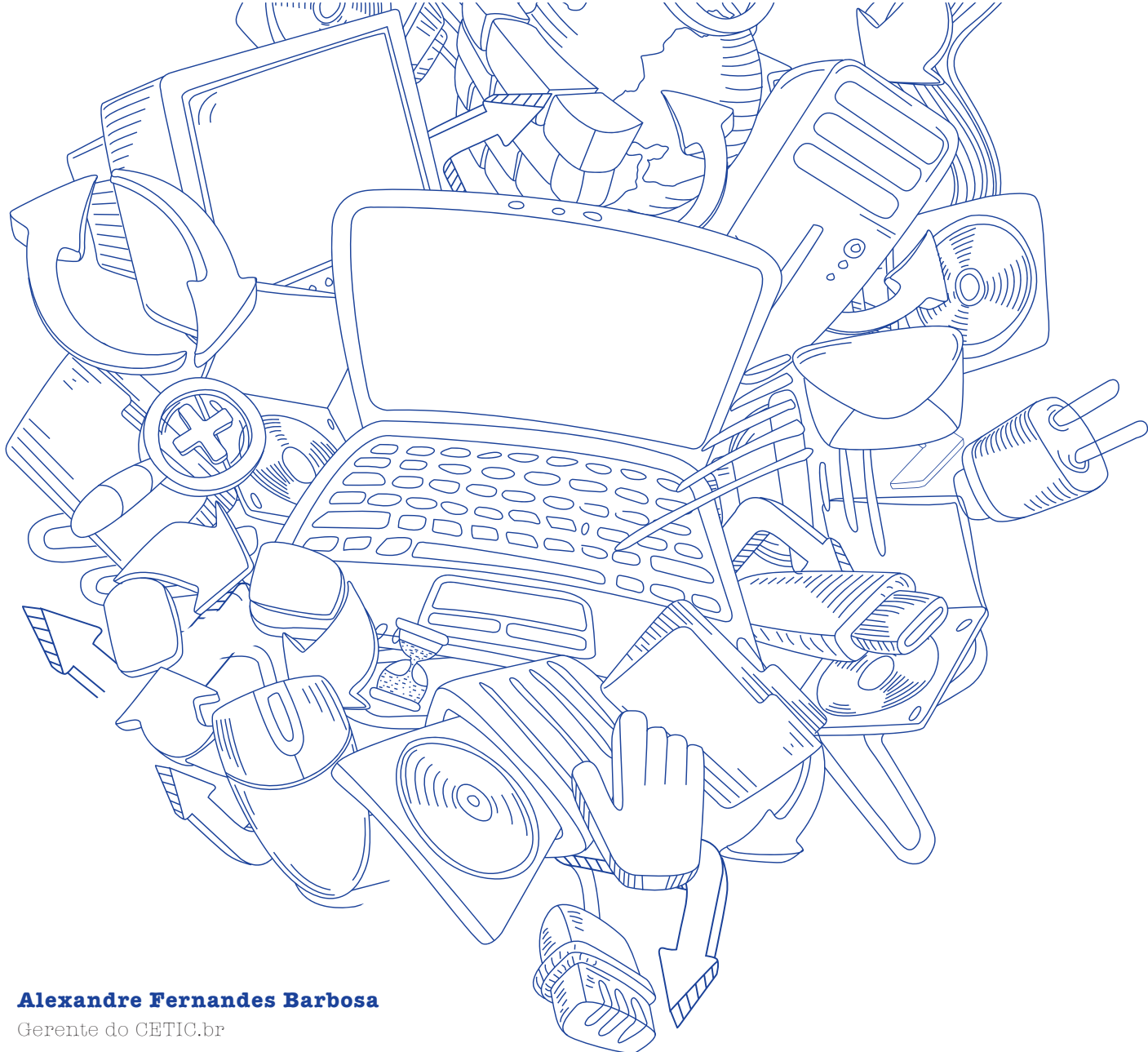
esforço como as eleitorais nas esferas técnica e ética. Seja pela ausência de parâmetros bem definidos de qualidade na produção de informação, seja pela dispersão e imprecisão de valores deontológicos que norteiam suas práticas.

Já se disse aqui que campanhas eleitorais demandam muito preparo técnico dos jornalistas, mas não se pode esquecer que é fundamental também que esses profissionais e as organizações que compõem estejam bem ancorados em princípios éticos nítidos. A internet reapresenta velhos dilemas e novos desafios para o jornalismo. É necessário que a conduta de repórteres e editores se escore na permanente reflexão sobre os fundamentos desta prática que se convencionou classificar de finalidade pública. É preciso ainda que a ousadia e a coragem, mas também a responsabilidade e a consciência balizem as atitudes de jornalistas e veículos de informação. ●

#### //REFERÊNCIAS: BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Ana; FERREIRA, Victor. **O lado B da rede na eleição**. Época, nº 648, de 18 de outubro de 2010
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008
- GOMES, Wilson; FERNANDES, Breno; REIS, Lucas; SILVA, Tarcízio. **"Politics 2.0" - A campanha online de Barack Obama em 2008**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política", do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009.
- THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002

7. Para uma discussão bem fundamentada, atual e ampla do tema escândalo, ver Thompson (2002).



➤ **Alexandre Fernandes Barbosa**

Gerente do CETIC.br

➤ **Winston Oyadomari** Analista de

Informações do CETIC.br

# Lanhouses no Brasil

## desafios a enfrentar

A rápida proliferação dos centros privados de acesso à Internet, conhecidos como lanhouses, deve-se, sobretudo, à baixa penetração do acesso de banda larga nos domicílios brasileiros e revela a necessidade do cidadão em estar conectado ao novo mundo da informação e das redes sociais.

A lanhouse é um fenômeno social que tem maior expressão em regiões urbanas menos favorecidas economicamente, áreas remotas e rurais do país. Como espaço de inclusão digital, elas constituem uma oportunidade concreta para a participação cidadã e para o trânsito no mundo



cultural, educacional e de lazer para comunidades carentes por meio das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Promover a inclusão digital no Brasil tem sido alvo de diversos programas governamentais nos últimos anos, e em alguns deles as lanhouses e os telecentros são componentes essenciais para o alcance de metas e objetivos do governo. Neste contexto, o Plano Nacional de Banda Larga, cujo objetivo é diminuir o déficit brasileiro no que se refere ao acesso à Internet Banda Larga, promete aumentar a penetração do acesso à rede nos domicílios, nos próximos anos. Quanto ao papel das lanhouses no futuro próximo, a reflexão que surge, à medida que a penetração do computador e da Internet cresce no país é: qual será o seu papel? Quais são os desafios que o atual cenário

socioeconômico e tecnológico brasileiro impõe aos gestores desses microempreendimentos?

A pesquisa TIC Domicílios do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que investiga o uso das TICs no Brasil, identificou o fenômeno das lanhouses em 2007, quando estes espaços tornaram-se o principal local de acesso à Internet, superando o acesso nos domicílios. Desde a primeira edição da pesquisa, as lanhouses vêm se mostrando um importante local de uso da rede mundial de computadores. A modesta proporção de domicílios com acesso à Internet no país teria sido um entrave para o crescimento de usuários da rede, não fosse esse importante agente de inclusão digital ter se desenvolvido e crescido de forma rápida e complementar às políticas públicas

■ A presença das lanhouses em locais onde vivem parte expressiva da população pobre brasileira faz com que estes estabelecimentos tenham um potencial transformador para o qual poucos setores da economia voltaram suas atenções



do governo. Apesar de um quarto dos domicílios terem acesso à Internet (segundo a TIC Domicílios 2009<sup>1</sup>), a proporção de usuários da rede já atingiu 39% da população. Uma parte muito significativa deste acesso é, sem dúvida, devido ao fenômeno das lanhouses.

Em 2009, o acesso à Internet em casa registrou crescimento significativo, e o domicílio tornou-se o principal local de uso da Internet no Brasil, fazendo com que o acesso nas lanhouses registrasse um pequeno declínio. Embora o acesso nos domicílios tenha superado o acesso nas lanhouses, a importância desses locais continua sendo fundamental para a inclusão digital e social do cidadão e cidadã brasileiros.

As lanhouses se desenvolveram principalmente nos locais onde a população do país é mais carente de acesso à infraestrutura da Internet e, por consequência, fica privada de todos os benefícios oriundos do seu uso. Prova disso é que a experiência de uso nas lanhouses é muito mais incidente nas faixas menos escolarizadas da população e nas camadas menos favorecidas economicamente: classes sociais mais baixas e faixas de renda inferiores. Na área rural, o papel desempenhado pelas lanhouses como agentes de inclusão digital é ainda mais significativo do que temos observado na área urbana. Ao longo de cinco anos, a pesquisa TIC Domicílios tem produzido importantes informações

para entender o impacto das lanhouses no processo de inclusão digital da sociedade brasileira ao trazer análises de fatores como classe social, região geográfica, faixa etária e nível de renda com o uso e local de acesso à Internet. Quanto à condição econômica da população, por exemplo, as barreiras para a posse do computador e do acesso à Internet nas classes sociais menos favorecidas da população faz com que 74% dos internautas das classes D e E acessem à Internet nas lanhouses.

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as regiões Norte e Nordeste possuem o menor IDH do país. Dessas regiões, o Norte apresenta o menor PIB e o Nordeste a menor renda per capita. Essas duas regiões apresentam também as maiores proporções de cidadãos que acessam à Internet em lanhouses, 59% e 63% respectivamente, e o menor percentual de domicílios possuindo computador e acesso à Internet.

A presença das lanhouses em locais onde vivem parte expressiva da população pobre brasileira faz com que estes estabelecimentos tenham um potencial transformador para o qual poucos setores da economia voltaram suas atenções. Além de levar a Internet para essa população, as lanhouses podem oferecer uma gama de serviços importantes para pessoas que até então estavam alijadas de utilizá-los; podem levar acesso à cultura num país no qual mais

1. Disponível em <http://www.cetic.br/tic/2009/index.htm>

de 90% dos municípios não possuem sequer uma sala de cinema e mais de duas mil cidades não têm bibliotecas, segundo o Ministério da Cultura. Aos poucos surgem lanhouses que se preocupam também em levar educação digital oferecendo cursos de informática que reduziram uma das principais barreiras para a inclusão digital no Brasil: as habilidades com o computador e Internet.

Para entender o perfil do gestor das lanhouses e os principais desafios para as lanhouses no Brasil, o CGI.br realizou recentemente a Pesquisa TIC Lanhouses 2010<sup>2</sup>, iniciativa pioneira por sua metodologia e abrangência, que busca identificar as características fundamentais desses estabelecimentos para que se possa dizer ao país quem são de fato essas empresas, quem são as pessoas que promovem este fenômeno, quais são as oportunidades e desafios do setor e qual o papel que cumprem nas comunidades onde atuam. A partir dos resultados da Pesquisa TIC Lanhouses 2010, três principais desafios para os gestores de lanhouses podem ser identificados.

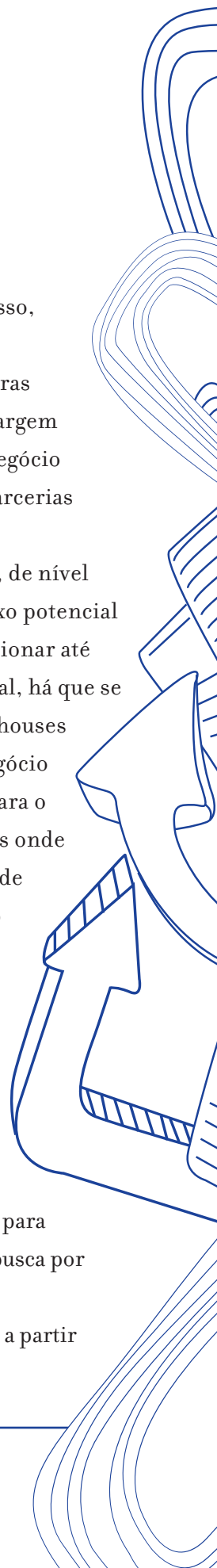
Um primeiro aspecto é a questão legal do negócio. A atividade comercial das lanhouses está fortemente pautada na informalidade. Esta mesma informalidade se coloca como um fator que favorece a adoção de softwares sem licença e limita o potencial de investimento e acesso à linhas de crédito para

os pequenos empreendedores. Além disso, aquelas que se declaram formalizadas, mas sob a personalidade jurídica de outras atividades comerciais, podem ficar à margem de políticas públicas que fomentem o negócio das lanhouses e também de possíveis parcerias com o setor público ou privado.

Sendo a maioria negócios familiares, de nível de serviço e atendimento limitado, baixo potencial de geração de receita e que podem funcionar até mesmo em um imóvel de uso residencial, há que se tratar a questão da formalidade das lanhouses com cautela. A informalidade desse negócio foi um dos catalisadores importantes para o seu crescimento e surgimento em locais onde a demanda existe. Assim, um processo de incorporação dessas microempresas ao universo da economia formal que não observe essa realidade pode acabar por engessar um modelo que tem sido responsável por incluir digitalmente uma parcela muito significativa da população brasileira.

O segundo aspecto diz respeito ao papel que a lanhouse deve desempenhar para a sua comunidade local, em especial na busca por uma oferta de serviços diferenciados, até mesmo inovadores. Como se observa a partir da percepção dos empreendedores,

2. Disponível em <http://www.cetic.br/tic/lanhouse/2010/index.htm>





há oportunidades para uma oferta qualificada de serviços de maior valor agregado. Considerando também o avanço do acesso domiciliar, vislumbra-se um cenário em que o papel que as lanhouses assumem frente ao seu público deve ser revisitado. Este movimento não é novo, haja visto, por exemplo, os casos abordados pelo Prêmio Conexão Cultura<sup>3</sup>. O Prêmio foi realizado pela Fundação Padre Anchieta, para dar visibilidade a estratégias inovadoras de usuários e gestores de telecentros e lanhouses. A iniciativa buscou promover mudança de percepção das lanhouses, para que se tornem locais reconhecidos de formação profissional e desenvolvimento cultural.

De qualquer forma, é necessário que este pensamento seja disseminado, massificado, assegurando que as lanhouses voltem a refletir sobre a questão de qual é o seu papel nas comunidades em que estão estabelecidas. O empreendedor já percebe esta demanda. Cabe aos outros agentes sociais - cidadãos, governo, iniciativa privada e terceiro setor -, o alinhamento com este objetivo, oferecendo parcerias, apoio, capacitação, e financiamento. A experiência dos telecentros também pode servir de inspiração, dada a diversidade de serviços que se busca oferecer neste tipo de centro de inclusão. Aproveitando-se do poder de cobertura geográfica das lanhouses, há espaço para que ambos os modelos coexistam e se complementem.

O terceiro ponto está relacionado ao modelo de gestão praticado pelas lanhouses. Aqui, novamente, é necessário somar esforços com outros agentes, oferecendo capacitação a esses microempresários, garantindo que a gestão das lanhouses caminhe no sentido da profissionalização. Este é um desafio que a lanhouse compartilha com outros modelos de negócio no país, principalmente entre as microempresas, mas que, dadas as suas características estruturais e as características dos próprios gestores, ganha relevância considerando a necessidade de desenvolvimento dos modelos existentes no presente momento.

Um fator agravante a estes desafios é a imagem das lanhouses perante uma parcela da sociedade, e a incompreensão do seu papel no contexto social. Governos, nas três esferas, têm produzido instrumentos legais que interferem diretamente na sua forma de atuação profissional. Estas políticas não estão necessariamente alinhadas, e adotam premissas que acabam por cercear a atividade: hoje, as lanhouses enfrentam limitações para sua localização próximo a escolas; limites a horários de funcionamento e à faixa etária do público; restrições quanto a softwares que podem ou não ser disponibilizados, e mesmo a perspectiva da efetiva extinção da atividade em nível municipal. É necessário, portanto, que os governos e a sociedade civil tratem a questão das lanhouses com o devido cuidado. ●

3. Ver em <http://www.conexaoocultura.org.br/>

➤ **Mario Brandao** Diretor Presidente da Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital e proprietário de uma lanhouse desde 2002.



# A Lanhouse nas palavras de quem faz

Uma recente pesquisa do Comitê Gestor de Internet reforça o que é visível em qualquer viela Brasil afora: há um curioso fenômeno acontecendo bem debaixo de nossos olhos. O que se convencionou chamar de inclusão digital acontece em cada esquina, em cada beco, através de milhares de espaços de acesso coletivo que recebem muitos nomes: lanhouses, cibercafés,

lojas de conveniência digital, centros de inclusão digital... há tanta variedade de nomes quanto de modelos ou perfis de negócios para estes espaços, que têm em comum o fato de permitirem que cada vez mais pessoas – em especial as economicamente menos favorecidas – tenham oportunidade de entrar no intrigante e admirável mundo que a Internet representa.





Para nós é óbvio que todas as formas de acesso à Internet são complementares, mas consideramos que é para esta faixa da população que a alternativa de acesso coletivo é mais relevante. Não é difícil compreender o motivo – é o mesmo que nos faz compreender por que os transportes coletivos são massivamente mais usados pelas pessoas que percebem até quatro salários mínimos.

Sabe-se que o custo total de propriedade de um equipamento computacional não se esgota no seu custo de aquisição, uma vez que há o custo da conectividade, o incremento na conta de energia elétrica, o custo de manutenção do equipamento, a depreciação dos itens de informática (cuja rapidez de obsolescência é enorme), além de vários outros custos indiretos que indicam que, mesmo para um computador básico da classe sub-mil, o valor despendido para a posse residencial deste equipamento ou seu custo total de propriedade (TCO em inglês) ultrapassa facilmente os R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, quantia que é expressivamente maior em lugares com penetração de banda larga deficiente como o norte ou o nordeste do Brasil.

A pessoa que decide utilizar um espaço coletivo de acesso à Internet gasta um quarto, ou menos, desse valor numa lanhouse ou espaço equivalente. E para quem tem renda familiar de um ou dois salários mínimos, essa diferença significa uma cesta básica a mais ou a menos no fim do mês.

Isso torna o fenômeno da intensificação de uso de lanhouses compreensível, considerando que para quem recebe até quatro salários mínimos, o comprometimento de até 25% dos seus proventos para ter acesso à Internet em casa é um luxo – que muitos não estão dispostos a pagar.

É óbvio que se a questão fosse meramente econômica, haveria um enorme sucesso nas

■ estes espaços hoje significam o que outrora foi a pracinha, o campinho ou a várzea, onde jovens e adultos se reúnem não apenas para saber das coisas e ter seu pedacinho na janela para o mundo (que no nosso caso é a Internet), mas para experienciá-lo em companhia de outros

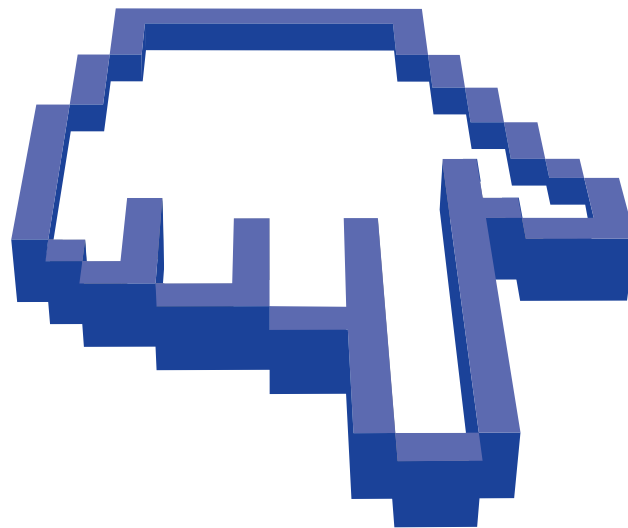


iniciativas de telecentros Brasil afora, que oferecem acesso gratuito em milhares de pontos. No entanto, restrições à navegação, horários de uso limitados e incompatíveis com as necessidades das pessoas, além de outros problemas diversos, fazem com que estas iniciativas governamentais representem a alternativa para o acesso de menos de 4% da população que utiliza a Internet no país.



Entretanto, precisamos admitir que embora seja um fator crítico, o elemento econômico é apenas um dos componentes dessa equação na compreensão da escolha pela lanhouse. Como proprietário de um espaço coletivo de acesso há quase dez anos, posso testemunhar que a lanhouse é um ambiente de alta interação social, que não apenas permite mas potencializa o contato entre as pessoas, e faz do acesso à tecnologia uma experiência menos fria que o contato puro e simples com o computador. É sabido que, em matéria de acesso a conteúdos, os elementos que geram maior interesse em todos os cantos do planeta são aqueles que favorecem os relacionamentos interpessoais: sejam as redes sociais, sejam os comunicadores instantâneos, os microblogs ou as demais ferramentas de comunicação entre pessoas na Web. Estes são os campeões de audiência em todas as avaliações e análises sobre o uso da Internet – e deste fato se entende que a máquina não é um fim por si só, mas um meio para alcançar e interagir com os outros – iguais ou diferentes. Na lanhouse isso aflora, pois estes espaços hoje significam o que outrora foi a pracinha, o campinho ou a várzea, onde jovens e adultos se reúnem não apenas para saber das coisas e ter seu pedacinho na janela para o mundo (que no nosso caso é a Internet), mas para experienciá-lo em companhia de outros. Essa é uma diferença fundamental, e vivenciar isso no dia a dia dá uma sensação agradável. É bom perceber que, a despeito do meio pelo qual esteja se expressando, o ser humano não nasceu para viver só. ●

> **Boaventura Souza Santos**  
Sociólogo, professor universitário



# Wikiliquidação do Império?

O importante é sabermos divulgar que muitas das decisões de que podem resultar a morte de milhares de pessoas e o sofrimento de milhões são tomadas com base em mentiras e criar a revolta organizada contra tal estado de coisas.

A divulgação de centenas de milhares de documentos confidenciais, diplomáticos e militares, pela Wikileaks acrescenta uma nova dimensão ao aprofundamento contraditório da globalização. A revelação, num curto período, não só de documentação que se sabia existir mas a que durante muito tempo foi negado

o acesso público por parte de quem a detinha, como também de documentação que ninguém sonhava existir, dramatiza os efeitos da revolução das tecnologias de informação (RTI) e obriga a repensar a natureza dos poderes globais que nos (des)governam e as resistências que os podem desafiar. O questionamento deve ser tão profundo que incluirá a própria Wikileaks: é que nem tudo é transparente na orgia de transparência que a Wikileaks nos oferece.

A revelação é tão impressionante pela tecnologia como pelo conteúdo. A título de exemplo, ouvimos

horrorizados este diálogo – *Good shooting*.  
*Thank you* – enquanto caem por terra jornalistas da Reuters e crianças a caminho do colégio, ou seja, enquanto se cometem crimes contra a humanidade. Ficamos a saber que o Irã é consensualmente uma ameaça nuclear para os seus vizinhos e que, portanto, está apenas por decidir quem vai atacar primeiro, se os EUA ou Israel. Que a grande multinacional farmacêutica, Pfizer, com a conivência da embaixada dos EUA na Nigéria, procurou fazer chantagem com o Procurador-Geral deste país para evitar pagar indenizações pelo uso experimental indevido de drogas que mataram crianças. Que os EUA fizeram pressões ilegítimas sobre países pobres para os obrigar a assinar a declaração não oficial da Conferência da Mudança Climática de Dezembro passado em Copenhaga, de modo a poderem continuar a dominar o mundo com base na poluição causada pela economia do petróleo barato. Que Moçambique não é um Estado-narco totalmente corrupto mas pode correr o risco de o vir a ser. Que no “plano de pacificação das favelas” do Rio de Janeiro se está a aplicar a doutrina da contra-insurgência desenhada pelos EUA para o Iraque e Afeganistão, ou seja, que se estão a usar contra um “inimigo interno” as tácticas usadas contra um “inimigo externo”. Que o irmão do “salvador” do Afeganistão, Hamid Karzai, é um importante traficante de ópio. Etc., etc, num quarto de milhão de documentos.

Irá o mundo mudar depois destas revelações? A questão é saber qual das globalizações em confronto

– a globalização hegemônica do capitalismo ou a globalização contra-hegemônica dos movimentos sociais em luta por um outro mundo possível – irá beneficiar mais com as fugas de informação. É previsível que o poder imperial dos EUA aprenda mais rapidamente as lições da Wikileaks que os movimentos e partidos que se lhe opõem em diferentes partes do mundo. Está já em marcha uma nova onda de direito penal imperial, leis “anti-terroristas” para tentar dissuadir os diferentes “piratas” informáticos (*hackers*), bem como novas técnicas para tornar o poder wikiseguro. Mas, à primeira vista, a Wikileaks tem maior potencial para favorecer as forças democráticas e anti-capitalistas. Para que esse potencial se concretize são necessárias duas condições: processar o novo conhecimento adequadamente e transformá-lo em novas razões para mobilização.

Quanto à primeira condição, já sabíamos que os poderes políticos e económicos globais mentem quando fazem apelos aos direitos humanos e à democracia, pois que o seu objetivo exclusivo é consolidar o domínio que têm sobre as nossas vidas, não hesitando em usar, para isso, os métodos fascistas mais violentos. Tudo está a ser comprovado, e muito para além do que os mais avisados poderiam admitir. O maior conhecimento cria exigências novas de análise e de divulgação. Em primeiro lugar, é necessário dar a conhecer a distância que existe entre a autenticidade dos documentos e veracidade do que afirmam.



Por exemplo, que o Irão seja uma ameaça nuclear só é “verdade” para os maus diplomatas que, ao contrário dos bons, informam os seus governos sobre o que estes gostam de ouvir e não sobre a realidade dos factos. Do mesmo modo, que a tática norte-americana da contra-insurgência esteja a ser usada nas favelas é opinião do Consulado Geral dos EUA no Rio. Compete aos cidadãos interpelar o governo nacional, estadual e municipal sobre a veracidade desta opinião. Tal como compete aos tribunais moçambicanos averiguar a alegada corrupção no país. O importante é sabermos divulgar que muitas das decisões de que pode resultar a morte de milhares de pessoas e o sofrimento de milhões são tomadas com base em mentiras e criar a revolta organizada contra tal estado de coisas.

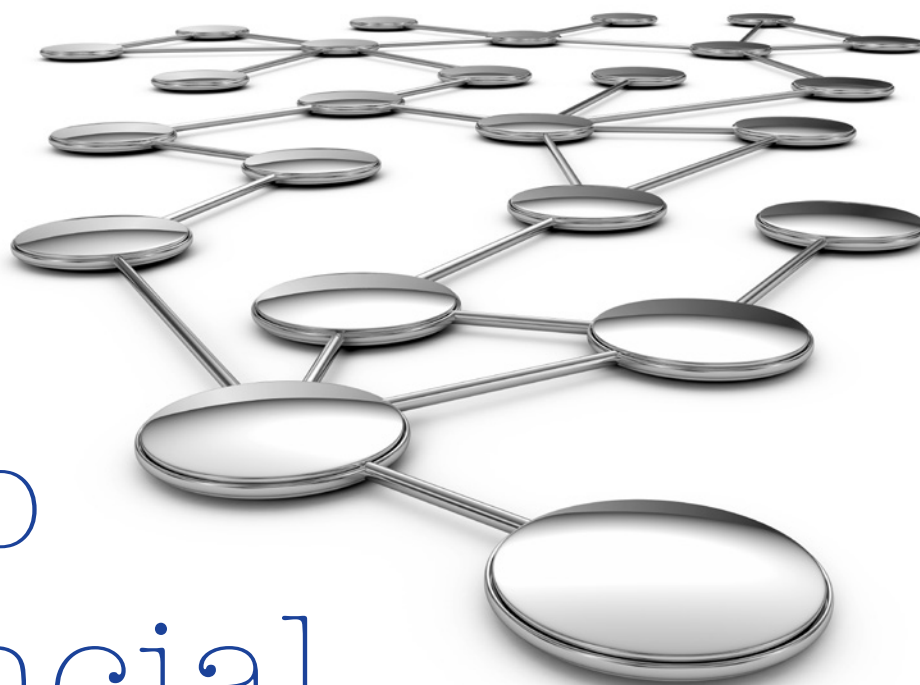
Ainda no domínio do processamento do conhecimento, será cada vez mais crucial fazermos o que chamo uma sociologia das ausências: o que não é divulgado quando aparentemente tudo é divulgado. Por exemplo, resulta muito estranho que Israel, um dos países que mais poderia temer as revelações devido às atrocidades que tem cometido contra o povo palestino, esteja tão ausente dos documentos confidenciais. Há a suspeita fundada de que foram eliminados por acordo entre Israel e Julian Assange. Isto significa que vamos precisar de uma Wikileaks alternativa ainda mais transparente. Talvez já esteja em curso a sua criação.

A segunda condição (novas razões e motivações para a mobilização) é ainda mais exigente. Será necessário estabelecer uma articulação

orgânica entre o fenómeno Wikileaks e os movimentos e partidos de esquerda até agora pouco inclinados a explorar as novas possibilidades criadas pela RTI. Essa articulação vai criar a maior disponibilidade para que seja revelada informação que particularmente interessa às forças democráticas anti-capitalistas. Por outro lado, será necessário que essa articulação seja feita com o Foro Social Mundial (FSM) e com os media alternativos que o integram. Curiosamente, o FSM foi a primeira novidade emancipatória da primeira década do século e a Wikileaks, se for aproveitada, pode ser a primeira novidade da segunda década. Para que a articulação se realize é necessária muita reflexão inter-movimentos que permita identificar os desígnios mais insidiosos e agressivos do imperialismo e do fascismo social globalizado, bem como as suas insuspeitadas debilidades a nível nacional, regional e global. É preciso criar uma nova energia mobilizadora a partir da verificação aparentemente contraditória de que o poder capitalista global é simultaneamente mais esmagador do que pensamos e mais frágil do que o que podemos deduzir linearmente da sua força. O FSM, que se reúne em Fevereiro próximo em Dakar, está a precisar de renovar-se e fortalecer-se, e esta pode ser uma via para que tal ocorra.

\* Este artigo foi publicado originalmente no Esquerda.Net - <http://www.esquerda.net/> ●

> **Alexander R. Galloway** Professor adjunto do Departamento de Mídia, Cultura e Comunicação da Universidade de Nova York (NYU).



# Qual o potencial de uma rede?

Estou interessado em um evento. O evento em si é chamado de muitos nomes e é descrito de diferentes maneiras por diferentes pensadores. Na obra de Martin Heidegger, chama-se o Fim da Filosofia; outros usam o nome o Fim da História; na ciência, ele é chamado de Cibernética, ou Ecologia, ou Teoria dos Sistemas; na economia, é chamado de Pós-fordismo; na indústria, é chamado de Computação em Rede; na filosofia alguns dizem que ele atende simplesmente pelo nome de Gilles Deleuze. Em geral, podemos chamar este evento de Emergência da Mediação no Formato de Rede.

É comum falar sobre as redes em termos de igualdade, falar que as redes trazem um sentimento de imparcialidade aos assuntos. É comum dizer que as redes consistem em relações entre pares, e que as redes padronizam e homogeneizam esses relacionamentos. Eu começo desta forma não para sugerir que tais caracterizações são falsas, mas sim para sugerir que elas obscurecem a realidade da situação. Redes existem apenas em situações de assimetria ou incongruência. Se não, nenhuma rede seria necessária — pares simétricos podem se comunicar, mas pares assimétricos devem



“se enredar”. Então, para começar a abordar a questão *qual o potencial de uma rede?* eu gostaria de observar o que significa estar em uma relação de assimetria, estar em uma relação de desigualdade, ou em uma relação de antagonismo. Eu acho que o lugar mais importante onde a assimetria, o antagonismo e a desigualdade têm sido pensados é na teoria política e social, particularmente na teoria militar. Isso porque a teoria militar é um dos lugares-chave em que a energia pura do antagonismo tem sido explorada, através do tema da ameaça assimétrica. Ela atende por muitos nomes. Às vezes, a ameaça assimétrica é chamada de insurgente, de partidária, ou de irregular; às vezes é um protesto, uma multidão; às vezes é chamada de rebelião popular, ou de atividade de guerrilha. Esses são alguns dos muitos sinônimos para o antagonismo no formato de rede. É por isso que, hoje, quando você ouve falar a respeito de terroristas, normalmente fala-se de “redes terroristas”.

Há grandes pensadores que exploraram essa abordagem, incluindo os escritos de Sun Tzu e Carl von Clausewitz sobre teoria militar, e também há uma extensão dessas ideias nos escritos sobre as atividades de guerrilha de V. I. Lenin e Mao Tse-tung. No entanto, vou citar três passagens da fase crucial da pós-modernidade, que são cruciais por causa do relacionamento especial que surgiu historicamente entre a mediação no formato de rede e o período entre o meio e o final século XX:

*Robert Taber* — Autor de *War of the Flea (A Guerra das Pulgas)*, sobre insurreições guerrilheiras e sua relação com o poder do Estado. “As guerrilhas lutam a guerra

das pulgas, e seu inimigo militar sofre as mesmas desvantagens que o cachorro: muito a defender e um inimigo muito pequeno, onipresente e ágil a enfrentar. Se a guerra continua por tempo suficiente — essa é a teoria — o cão sucumbe ao cansaço e à anemia, sem nunca ter encontrado qualquer coisa em que cravar suas mandíbulas ou que rasgar com suas garras.”

*Elias Canetti* — O celebrado romancista búlgaro que escreveu sobre as qualidades animais do bando enfurecido (a “multidão”). “A primeira coisa que chama a atenção em um bando é a sua direção firme; a igualdade se expressa no fato de que todos são obcecados pelo mesmo objetivo: a visão de um animal, talvez, que eles querem matar”.

*Guy Brossollet* (1975) — O soldado francês e teórico militar que descreveu um sistema de “não-batalhas”, surgido a partir da lógica da distensão nuclear da Guerra Fria. “Uma força de combate composta de ‘alfinetadas’, não de ‘punhos’, implantada através de uma ‘malha’ de ‘módulos de presença’, e apoiada por redes de comunicação que podem produzir uma série de ações pequenas, mas estatisticamente consistentes.” (Esse é um tema comum no discurso sobre as redes: que cada ação individual é relativamente pequena e ineficaz, mas, sob um amplo ponto de vista estatístico, pode ter um efeito cumulativo muito poderoso). “Multiforma, manobrável, [e] onipresente” foi como Brossollet descreveu as virtudes da estratégia nova, flexível e centrada na rede.

Esses escritos, junto com muitos outros, não apenas ajudam a explicar o que as redes parecem



ser — rizomáticas, redes distribuídas, enxames em nuvem, agentes impessoais — mas também apoiam uma alegação muito mais importante: não uma simples descrição das redes, mas a alegação de que, neste momento da história, estamos vivendo uma nova transformação.

Em outras palavras, e em termos mais concretos, podemos esperar uma queda tendencial da eficiência de objetos culturais, tais como imagens e textos, e um aumento significativo na eficiência de um formato completamente diferente de mediação estética: o sistema, a máquina, a rede.

*Qual o potencial de uma rede?* Existe uma maneira comum de responder a essa pergunta: as redes podem derrubar governos; as redes podem construir novos impérios das cinzas do império antigo; as redes podem usar sua própria conectividade para propagar-se rapidamente em novos espaços; as redes são as mestras tanto do centro quanto do perímetro; as redes podem usar a “cauda longa” para contrabalançar picos de alta intensidade; as redes são também muitas vezes descritas como “fora de controle”; como estruturas que tendem a neutralizar os efeitos dos centros de poder tradicionais. Em suma, redes e hierarquias estão sempre em oposição umas às outras, ao mesmo tempo em que novas soberanias da rede aparecem no cenário. Mas eu não vou responder à pergunta exatamente dessa forma.

Em vez disso vou responder a essa pergunta usando um conceito de ciência da computação: o *protocolo*, particularmente os protocolos da Internet. Eu passei algum tempo lendo os protocolos da

Internet e tentei analisá-los não apenas sob uma perspectiva técnica, mas também questionando quais são os princípios de organização que estão embutidos nesse sistema técnico. Mas isso exigiria uma resposta muito longa. Então, em vez de respondê-la, permitam-me resumir alguns dos resultados dessa análise. Estas são algumas das virtudes dos tipos de sistemas que são regidos por protocolos.

A primeira é que os protocolos de Internet permitem a interoperação entre computadores. As virtudes do protocolo incluem a robustez, a contingência, a interoperabilidade, a flexibilidade e a heterogeneidade. O chamado “Princípio da Robustez”, que vem do RFC 761 no protocolo de controle de transmissão (*transmission control protocol*, ou TCP), um dos princípios políticos mais importantes das redes distribuídas, afirma o seguinte: “Ser conservador no que você faz, ser liberal no que você aceita dos outros”. Esse é o princípio da robustez porque se um sistema técnico é liberal no que aceita e conservador no que faz, ele será mais robusto ao longo do tempo. (Mas, claro, não faria mais sentido que, em última instância, este fosse renomeado como o Princípio Neoliberal?) Isso indica uma segunda virtude do protocolo: a totalidade. Como o Princípio da Robustez determina, um sistema deve aceitar tudo, não importa qual seja a fonte, o remetente ou o destino. Por isso eu digo que o protocolo ou um sistema que utiliza protocolos é um sistema de gerenciamento distribuído que facilita as relações ponto-a-ponto entre entidades autônomas. E por causa dessas virtudes e dessas

qualidades, e devido à adoção global dos protocolos, nós podemos dizer que a Internet é a mídia de massa mais altamente organizada até hoje conhecida. Finalmente, o último ponto que também resume o que são protocolos e como eles funcionam é que, como há uma lógica de organização, os protocolos de Internet funcionam em grande parte fora das duas esferas mais comumente identificadas quando se fala de poder e de controle, que são o estado (o mundo de direito, o mundo jurídico) e o setor comercial ou corporativo. Sim, os membros da indústria participam na elaboração de protocolos, e as forças legais influenciam a forma como a tecnologia se desenvolve, isso é claro; mas, no entanto, vistos como uma infra-estrutura técnica, os protocolos estão em grande parte fora destas duas outras esferas. Daí vem a minha sugestão de que precisamos de um método de análise único para o protocolo em si.

Em seguida, usando esses pressupostos sobre o protocolo, eu gostaria de identificar alguns detalhes dos meios de comunicação em rede que têm ramificações importantes na questão da cidadania digital.

A primeira é que, indo na sequência das descobertas de Claude Shannon e Warren Weaver na área da teoria da informação, *redes de informática são relativamente indiferentes a conteúdo semântico e interpretação*. Uma rede não é um texto. Questões de interpretação, perguntas sobre o significado semântico — essas eu associaria com a tradição do texto, isto é, a análise textual, a interpretação textual, a leitura e a escrita. A minha posição é a de que as redes não são textos, e que têm de ser entendidas

como sistemas ou como máquinas. Em outras palavras, dados são analisados, e não “lidos” — pelo menos não em qualquer sentido convencional e humanista de leitura. Isso é o que pode ser visto, por exemplo, no conceito de uma soma de representação, uma simples assinatura numérica que aparece em todas as mensagens da rede. Uma soma de verificação é calculada a partir da varredura dos conteúdos de uma mensagem; ela não é realizada por meio de nenhum ato genuíno de leitura da mensagem. Esse é apenas um exemplo da diferença entre análise e leitura. De certa forma, hoje nós não fazemos nada além de calcular algumas somas de verificação aqui e ali. Porque a leitura está em declínio.

A tendência de ser indiferente à interpretação e à semântica do conteúdo poderia ser chamada de tendência anti-hermenêutica das redes. Aqui eu uso o termo hermenêutica para designar a ciência textual da interpretação, que tem suas raízes na interpretação bíblica, mas que floresceu durante os períodos moderno e pós-moderno da história. Em suma, um novo modelo de leitura terá de ser explorado. Um modelo que não é de natureza hermenêutica, mas que em vez disso é baseado em análise cibernética, digitalização, reorganização, filtragem e interpolação. Esse novo modelo de leitura terá de ser baseado em uma noção imanente ou maquínica de software.

(Deixe-me ressaltar brevemente que essa tendência só aumenta com o advento da chamada web semântica. Ela não diminui. Quando uma coisa é aperfeiçoada em forma de software, ela está morta.

Isso não é nostalgia tecnofóbica da minha parte. É simplesmente para registrar a verdade sobre o que significa “perfeição”.)

A segunda ramificação é a que pode ser chamada de *tragédia política da interatividade*. Interatividade e bidirecionalidade da rede são conceitos comumente apreendidos como uma espécie de utopia de Bertolt Brecht em seus pequenos fragmentos no rádio, depois reprisados por Hans Magnus Enzensberger como o coração e a alma de uma mídia “emancipada”. Como pode uma mídia se tornar emancipada? Ela muda de unidirecional para bidirecional. Mas a situação mudou tanto que hoje a bidirecionalidade é a regra, e não a exceção. Hoje, a interatividade é um dos instrumentos fundamentais de controle e organização. Hoje, as redes se enlaçam ao próprio ato da conexão. As redes são extremamente eficientes articulando e transmitindo mensagens bidirecionalmente (no que a teoria dos gráficos chama de “gráfico não direcionado”). Em suma, os organismos devem hoje se comunicar, querendo ou não. Isso acontece, essencialmente, porque comunicação e controle são indissociáveis na concepção de cibernética de Norbert Wiener. Organismos são “capturados”, para usar a terminologia de Phil Agre, usando qualquer número de códigos informáticos e rubricas. Os cliques são acumulados. Comportamentos são analisados para revelar dados significativos, ou são monitorados para revelar dados ilegais. Mesmo o genoma é prospectado para revelar sequências raras ou, de alguma outra forma, úteis, algo particularmente

importante no contexto do Brasil, dado o desejo de prospectar diversos ecossistemas biológicos. Por exemplo, as empresas farmacêuticas irão para a Amazônia e encontrarão bolsões de biodiversidade que, por si só, têm valor monetizável. Esses bolsões de diversidade são extraídos e removidos. Assim, a bioprospecção é em si um processo de interatividade informática; a informação em questão, na natureza, é apenas genética. Essa é a tragédia política da interatividade: o que antes era tão libertador para Enzensberger é hoje o verdadeiro lugar da exploração, da regulação e do controle informático.

A terceira ramificação é a tendência do software de privilegiar a superfície em detrimento da fonte, enquanto ao mesmo tempo defende as fontes como absolutamente essenciais, mesmo quando elas estão escondidas. Mas o que isso significa? O software é muitas vezes entendido como se existisse em vários níveis ou modos. No nível da autoria, o software existe como “código-fonte”, um texto legível por humanos que contém comandos escritos em uma linguagem computacional de alto nível, como C++. Quando esse código-fonte é compilado, os comandos são traduzidos em um código legível por máquina, chamado de aplicativo executável, que consiste nos comandos básicos que podem ser compreendidos pelo hardware da máquina. Esse aplicativo cria uma terceira modalidade de software, a experiência em tempo real de efetivamente iniciar e executar o software como um usuário normal. Essas três modalidades — código-fonte, executável, e interface — são três aspectos cruciais de qualquer

tecnologia de computador. A interface é muitas vezes considerada primária, já que ela é experiência existente do software, já que ela se refere a um usuário. Porém, ao mesmo tempo, o executável é por si só o momento determinante, já que ele contém efetivamente os comandos máqunicos necessários para o software funcionar. Mas o executável é apenas o resultado de uma compilação máqunica do código-fonte, que é, portanto, considerado essencial, como a receita para o trabalho criado, ou a partitura musical para a performance. Então, para a “fonte” do software funcionar, ele deve aparecer sob uma forma que não é a sua (o executável), apenas para ser experimentado em uma terceira forma, completamente diferente das outras duas. Isso é o que poderia ser chamado de a lógica oculta do software: *o software se esconde exatamente no momento em que se expressa mais plenamente.*

Termino com um exemplo extraído de notícias recentes. Você já deve ter lido sobre este novo triunfo dos laboratórios: os cientistas, com seus muitos talentos, criaram recentemente uma vacina contra a cocaína. Aparentemente, a vacina contra a cocaína funciona de maneira bastante semelhante a outras vacinas. O soro é administrado a um paciente e os efeitos da droga são neutralizados, assim como os efeitos da gripe são neutralizados com uma vacina contra a gripe. No entanto, e este é o ponto crucial, a vacina contra cocaína não remove os desejos de dependência, ou seja, o desejo de adquirir e usar a droga.

A vacina contra a cocaína é uma imagem perfeita para nós. Nós ainda temos desejos, mas não conseguimos sentir os efeitos da droga. Nós temos uma libertação do desejo e da liberdade individual, a libertação de abertura. Nunca o desejo e a expressão afetiva foram tão livres. Nós temos tantos desejos — de democracia, de comida e bebida, de petróleo, de conectividade. Mas, ao mesmo tempo, somos incapazes de perceber os prazeres dessas promessas utópicas.

Nossas redes são armas. Nossas *webs* são também as nossas próprias armadilhas. A interatividade é penosa. A transparência vem com o custo de se fecharem todas as coisas. Essa é a condição do cidadão digital hoje. É nossa tarefa, portanto, não festejar o heroísmo da rede, mas, em vez disso, oferecer uma reconstrução crítica do código, de forma a que o próprio aparelho seja reformulado como um instrumento de prática, e não como um instrumento de gestão, como permanece hoje.

✳ Este artigo foi originalmente publicado no livro “Cidadania e Redes Digitais”, organizado por Sergio Amadeu da Silveira e publicado em 2010. Ver a versão online em <http://www.cidadaniaeredesdigitais.com.br>. ●

#### //REFERÊNCIAS: BIBLIOGRÁFICAS

- BROSSOLLET, Guy. *Essai sur la non-bataille*. Paris: Belin, 1975.
- CANETTI, Elias. *Crowds and Power*. Trad. Carol Stewart. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 1962.
- TABER, Robert. *War of the Flea*. Washington: Potomac Books, 2002.